

PT deve recorrer ao Supremo⁵³

por João Alexandre Lombardo
de Brasília

A reedição da medida provisória que trata da livre negociação salarial pode parar no Supremo Tribunal Federal. Ontem, o vice-líder do PT, deputado José Genoíno (SP), informou que seu partido estuda a possibilidade de entrar, no Supremo, com uma ação de constitucionalidade contra a reedição. Genoíno argumenta que o governo não poderia ter repetido a medida, substituída pelo projeto de conversão do deputado Tidéi de Lima (PMDB-SP), que estabelecia a prefixação mensal de preços e salários. O PDT também estuda a constitucionalidade do ato, segundo informou o vice-líder Brandão Monteiro (RJ).

"Vou defender a constitucionalidade da reedição", afirmou Genoíno que, independentemente da ação estudada pelo PT, pretende fazê-lo quando o Congresso apreciar a admissibilidade da Medida Provisória nº 292. Com base em artigo da Constituição, que diz que projeto rejeitado não pode ser reapresentado



José Genoíno

tado na mesma sessão legislativa, ele pretende argumentar que a medida, substituída pelo projeto de conversão, sómente poderia ser reapresentada depois do dia 1º de fevereiro, quando começa uma nova sessão legislativa ordinária.

O assunto levantará polêmica. O presidente do Congresso, senador Nélson Carneiro (PMDB-RJ), ponderou que não houve rejeição da en-

tão Medida Provisória nº 273. Segundo a mesa do Congresso, a Medida Provisória nº 273 foi considerada prejudicada, já que foi substituída por um projeto de conversão, mas não houve rejeição do mérito. No ano passado, houve o caso da rejeição do mérito da Medida Provisória nº 190, pelo Congresso, que proibia os Tribunais Regionais do Trabalho de conceder liminares até o julgamento das ações trabalhistas pelo TST. O governo reeditou e o Supremo considerou o ato inconstitucional.

O PDT, segundo o deputado Brandão Monteiro, já firmou posição contrária à Medida Provisória nº 292, antes mesmo de conhecê-la. "Estamos nessa brincadeira de gato e rato há meses", disse ele, lembrando que a polêmica salarial já se arrasta desde maio do ano passado no Congresso. Ao contrário de outros líderes, ele acredita ser possível obter quórum, durante a convocação extraordinária, para rejeitar a medida. Brandão Monteiro conta com os votos dos parlamentares derrotados nas eleições.